

TECNOLOGIAS SOCIAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO ARAÇÁ: itinerário histórico de uma comunidade tradicional no Semiárido brasileiro.

Enos André de Farias¹
Maria Herbênia Lima Cruz Santos²
Emanuel Ernesto Fernandes Santos³
Sérgio Luiz Malta de Azevedo⁴
Maria do Socorro Pereira de Almeida⁵

DOI: 10.5281/zenodo.11522785

RESUMO

As tecnologias sociais como possibilidade de permanência e manutenção das raízes culturais de uma comunidade tradicional no Semiárido brasileiro, é parte da análise do presente estudo. Para tanto, buscou-se construir um itinerário histórico da escravização, da formação dos quilombos e o processo de reconhecimento dos seus remanescentes. A pesquisa de natureza qualitativa na abordagem, tem como escopo a pesquisa documental e a revisão bibliográfica, além da imersão na história oral, para a compreensão dos costumes e tradições das diferentes formas de vivências e convivências na comunidade, a partir da obra de (MOURA, 1989), (MOURA, 2020), (GOMES, 2021), (TEIXEIRA, 2019), (PONTES, 2010), (QUIJANO, 2009) e (SCHWARTZ, 1998). Conclui-se que a implementação das tecnologias sociais fortalece a comunidade com geração de renda, sentimento de pertença e propicia um empoderamento social da comunidade imbricada no Semiárido brasileiro.

Palavras-Chave: Tecnologia social. Comunidade Remanescente de Quilombo. Araçá. Itinerário.

¹ Doutorando em Ecologia Humana (PPGECoh), Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), com Licenciatura em História (UPE) e Bacharelado Direito (FACAPE).

² Doutora em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Docente e Orientadora (PPGEcoH/UNEB).

³ Doutor em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007). Atualmente é professor Titular da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Manejo e Conservação do Solo, atuando principalmente nos seguintes temas: Sub Médio São Francisco, condutividade elétrica, água salobra, biossalinidade. Coordenador do laboratório de análise de solo, água e calcário – LASAC.

⁴ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2008). Pós-doutorado em Geografia (UFPE - concluído - 2016). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Campina Grande e é coordenador. É coordenador do Programa Residência Pedagógica. (Colaborador) para o Ensino de Geografia na UFCG (2020).

⁵ Doutora em literatura e cultura pela UFPB. Mestre em Literatura e Interculturalidade pela UEPB. Especialista em Literatura brasileira pela UFPE, possui graduação em Letras pela Faculdade Frassinetti do Recife. Professora adjunta II da Universidade Federal Rural de Pernambuco na Unidade Acadêmica de Serra Talhada/UAST.

SOCIAL TECHNOLOGIES IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY FROM ARAÇÁ: historical itinerary of a traditional community from the Brazilian semiarid region

ABSTRACT

Social technologies as a possibility or permanence and maintenance of cultural roots of a traditional community from the Brazilian Semiarid region is part of what this study analyzes. For that, we sought to build a historical itinerary of slavery, the formation of *quilombos* and the process of acknowledgement of their descendants. This work is conducted through a qualitative approach and its scope is the documental research and bibliographic review, as well as the immersion in oral history in order to understand the habits and traditions of the different life styles and experiences in the community, according to the theories of (MOURA, 1989), (MOURA, 2020), (GOMES, 2021), (TEIXEIRA, 2019), (PONTES, 2010), (QUIJANO, 2009) and (SCHARTZ, 1998). It is concluded that the implementation of social technologies strengthens the community by generating income, feeling of belonging and social empowerment of the social community from the Brazilian Semiarid region.

Keywords: Social technology; Remaining *Quilombo* communities; Araçá; Itinerary

1 INTRODUÇÃO

A escravidão foi uma realidade do mundo antigo, os egípcios escravizavam seus vencidos de guerra, e assim construíram suas pirâmides, fortaleceram sua agricultura, e o poder do faraó. A mesma coisa com os romanos durante o império, sendo que o termo “escravo”, segundo Cunha (1995), vem do grego “eslavo”, como sendo as primeiras descrições para os povos eslavos, originários dos povos do Leste Europeu, escravizados pelos Romanos no século IX d.C.

O processo de escravização fez parte do ordenamento jurídico em diversos países por séculos. Ter e manter escravos media o poder social, político e econômico daquele que detinha a posse dos vencidos em guerra. Ao dono do escravo, cabia direitos de punir, inclusive com a morte (*jus vitae et necis*) e açoitar o indivíduo que não obedecesse suas ordens. Gomes (2019, p. 67) afirma que “em algumas sociedades, o escravo também poderia ser oferecido como sacrifício em funerais, cerimônias religiosas e ocasiões especiais”.

A escravização nas Américas foi totalmente diferente das demais citadas. No século XV, segundo Gomes (2019, p. 51), tanto Portugal quanto Espanha, Inglaterra e

Holanda, perceberam o quanto lucrativo era o comércio de escravos, e passaram a investir recursos da Coroa, além de criar condições (a exemplo da Escola de Sagres), para que mercadores pudessem comercializar com chefes tribais na costa africana e expandir os territórios da Metrópole. Para Souza (2008) os investimentos tinham dois objetivos: o primeiro era suprir a necessidade de mão-de-obra nas colônias americanas, haja vista o empasse com a Igreja que não aceitava a escravização dos indígenas, e a cana-de-açúcar era um dos principais fatores da economia portuguesa. O segundo, era alcançar as fontes de todo ouro levado pelos árabes através da rota do Saara.

Sobre a importância do comércio com a África, esses investimentos passaram a dar retorno quando, a partir de 1470, os portugueses começaram a negociar ouro com os Acãs. A importância do comércio nessa região fez com que, em 1482, Dom João II, rei de Portugal, mandasse construir uma fortaleza ali, batizada de São Jorge da Mina. Em troca de ouro, os comerciantes permutavam várias mercadorias, como facas, bacias, jarras de metal, contas de vidros e escravos, que eram utilizados para abrir florestas e minerar (RAMALHO, 2015, p. 32).

Para Silva (1998, p.15), a escravidão negra, no mundo português, tem início a partir da captura dos Azenegues do Rio do Ouro, em 1441, por Antão Gonçalves e Nuno Tristão, que encontravam-se a serviço do Infante Dom Henrique. A formação dessas comunidades data de 1575, segundo o professor Gomes (2015, p.12), quando se registrou a primeira fuga de escravos e a formação do primeiro mocambo, na Bahia. Em todas as regiões brasileiras tiveram mãos-de-obra escrava, também presenciaram resistência à escravização, fugas e a formação de mocambos e quilombos.

É preciso compreender que o processo de escravização no Brasil foi um dos maiores que o mundo conheceu, e que percorreu, como Moura (2020, p. 13) afirmou, um périplo de tempo de quase quatrocentos anos, espalha-se na superfície de um subcontinente e mantém sua estrutura em todo esse imenso território durante esse período, sendo necessário revisitar os fatos do passado para a compreensão dos atos no presente, afinal, nenhum fato é novo o suficiente para não deixar consequências para as gerações que vieram depois, e quatro séculos foi um tempo em que muitas gerações nasceram cativas em terras brasileiras.

É perceptível a ausência nos livros didáticos modernos, da contextualização dos espaços de resistência e existência de remanescentes de quilombos. Ao mencionar a formação dos quilombos, por escravo fugitivos, remontam sempre ao principal quilombo que o Brasil Colonial presenciou: o Quilombo dos Palmares. No entanto, é imprescindível

dizer que os povos remanescentes de escravos e as comunidades quilombolas são hoje mais de 5.972 localidades mapeadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação Palmares.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi estudar tecnologias sociais apropriadas como possibilidades de permanência e manutenção das raízes culturais na comunidade quilombola do araçá a partir de um itinerário histórico de uma comunidade tradicional no Semiárido brasileiro.

2 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002, p. 17), pesquisa é definida como um procedimento racional que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Não existe pesquisa sem uma dúvida, uma inquietação, uma pergunta. Para tanto, o trabalho consiste em contextualizar o processo de escravização da população africana, com a formação dos quilombos e a resistência nesses espaços por mais de 300 anos; a forma de organização dos remanescentes de quilombos neste começo de século XXI, com a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para a permanência dessa população em suas comunidades, no campo, com geração de renda e manutenção das raízes culturais. Delimita-se o trabalho ao conjunto de sítios que formam a Comunidade Quilombola do Araçá, no município de Afrânio/PE, construindo interfaces com o cenário socioeconômico do campo e as tecnologias sociais apropriadas a convivência com o Semiárido brasileiro.

De natureza qualitativa na abordagem, o estudo tem como escopo a pesquisa documental e a revisão bibliográfica, além da imersão na história oral, importante metodologia para explicar costumes e tradições das diferentes formas de vivências e convivências, especificamente em comunidades tradicionais, que recorrem à memória dos mais velhos e à oralidade, para manter a cultura local viva. Miranda (2009, p. 32), vai nos lembrar que “a memória constitui-se como elemento de significativa importância para a reconstituição do processo histórico desses remanescentes”. A abordagem qualitativa da pesquisa, que se caracteriza pela reflexão a partir da ação e das interpretações conceituais, dará o norte para seu desenvolvimento.

Buscando compreender a contextualização histórica do espaço da pesquisa, e com isso coletar as informações e dados precisos, seguiremos pela observação participante, cingindo-nos do máximo de informações possíveis. Para Brandão (2006, p.

41), “o ponto de origem da pesquisa participante deve estar situado em uma perspectiva da realidade social, tomada como uma totalidade em sua estrutura e em sua dinâmica”. Ou seja, é preciso partir de uma realidade concreta da vida cotidiana dos agentes envolvidos e do *lócus* da pesquisa em suas diferentes dimensões e interações, entendendo que existe um compromisso político e ideológico com aquele espaço e com esses sujeitos, além do reconhecimento de que a atividade científica tem o mesmo caráter e segue o mesmo compromisso.

A análise dos dados ocorreu durante o processo de escrita e de investigação, pontuando ideias e questionando ações. Para sua explicação utilizou-se a proposta da triangulação de dados, para que a “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2012, p. 29), possibilitando maior envolvimento e compressão dos aspectos da pesquisa, principalmente quando estamos tratando de pesquisa socioeducacional⁶.

O trabalho está dividido em duas partes: na primeira, constrói-se um itinerário histórico com acontecimentos que levaram à escravização de pessoas negras no continente africano, sua chegada ao Brasil e todo comportamento da sociedade da época para com aqueles que foram escravizados. Na segunda parte, delimita-se o Semiárido brasileiro, onde a Comunidade Quilombola do Araçá está inserido, pontuando as tecnologias sociais apropriadas para convivência com o Semiárido, a partir do Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), referenciando as ações efetivadas pelo Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), no Sítio Estrela Grande, daquele município. As ações implementadas tem como lastro a dignidade da pessoa humana que vive no campo, e que nesse campo, como lembra Boff (2004, p. 20), estabelece relação com o meio ambiente.

Delimita-se o espaço da pesquisa ao conjunto de comunidades que formam o Araçá, localizados no Semiárido brasileiro. Segundo dados do INSA (Instituto Nacional do Semiárido), o Semiárido brasileiro é constituído por oito Estados da Região Nordeste (correspondendo a 86,48% de toda a região) e o norte do Estado de Minas Gerais (a parte setentrional, que corresponde a 11,01% do território daquele Estado), totalizando uma área territorial de 980.133,079 km², que para (MEDEIROS et al, 2012), é ocupada por “1.131 municípios, nos quais residem uma população total de 22.598.318 habitantes,

⁶ A triangulação binária compõe-se de uma série de outras atividades, mais no seu cerne, os resultados permeiam a análise documental, o estudo das entrevistas e a observação participante (Ver: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmmzo Afonso. **Etnografia da Prática Escolar**. – Campinas: Papirus, 1995.)

sendo 62% em áreas urbanas e 38% em rurais”.

Segundo levantamento da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), a localização de 81% das comunidades quilombolas de todo o país está no Semiárido brasileiro, que também detém uma cobertura vegetal constituída por dois biomas (Caatinga e Cerrado), com predominância do primeiro. Para Carvalho (2006, p. 21)

O bioma Caatinga é o principal ecossistema existente no Nordeste, estendendo-se pelo domínio de clima semiárido, numa área de aproximadamente 11% do território nacional. É um bioma único por estar localizado em área de clima semiárido e apresenta grande variedade de paisagens, riqueza biológica e endemismo.

Seu subsolo é constituído de por “rochas cristalinas rasas, que dificulta a formação de mananciais perenes e a potabilidade de água, normalmente salinizada”, conforme estudo de Malvezzi (2007). O Período chuvoso que inicia no mês de dezembro (com algumas inconstâncias), termina no mês de março, com algumas exceções. A chuva transforma a paisagem cinza em verde cheiroso. É uma chuva que mesmo pouca, nas palavras de Bulteau (2016, p. 62) “é um elemento associado à feminilidade... pode se revelar benfeitora, revigorante, fecundadora, em uma visão otimista”.

Em dezembro de 2021, o Conselho Deliberativo da SUDENE reuniu-se para atualizar os municípios no mapa do Semiárido brasileiro, excluindo e incluído. Segundo a Resolução CONDEL/SUDENE nº 150, de 13 de dezembro de 2021⁷, foram excluídos 50 (cinquenta) municípios e incluídos outros 215 (duzentos e quinze), passando ao número de 1.427 (mil quatrocentos e vinte e sete) municípios.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ecologia social, assim como a ecologia humana, tem relação com a existência humana. É fato que o processo de luta das comunidades quilombolas em todo o território nacional desembocou na inserção dos direitos desse povo na Carta Magna de 1988, na qual o Estado brasileiro reconheceu o direito sobre a terra aos remanescentes que nela ocupavam, definindo regras para a titulação, e inserindo este reconhecimento no ordenamento jurídico nacional.

⁷ Ver a Resolução em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/resolucao1502021.pdf>

No Brasil, o processo de escravização começa em 1500 com a chegada de Pedro Álvares Cabral e a subjugação da mão-de-obra indígena como forma de resposta aos investimentos da Coroa Portuguesa. Conforme Gomes (2021, p. 19) é registrado em 1511, o primeiro caso de tráfico de escravos, quando desembarcou em Portugal o mercador Florentino Bartolomeu, levando além de animais exóticos da fauna brasileira, um total de 35 indígenas vendidos ali mesmo no porto. Para Moura (1989),

O primeiro contingente de escravos africanos aportou no Brasil em 1549, em São Vicente, assim que D. João III concedeu a autorização a fim de que cada colono importasse até 120 africanos para as suas propriedades. Muitos desses colonos, no entanto, protestaram contra o limite estabelecido pelo Rei, pois desejavam importar um número bem maior.

A posse da terra e de tudo que nela fosse encontrado, de acordo com Silva (2012), passava ao domínio do colonizador no momento da chegada, incluindo os bens tidos como “naturais”. Essa posse acontecia com a benção da Igreja, cujo papa Alexandre VI, em 4 de maio de 1493, publicou a *Bula Inter Coetera*, que dividiu o Novo Mundo entre os reinos de Portugal e Espanha. De acordo com o documento papal, o “Novo Mundo”, anunciado em 1492 por Cristóvão Colombo, deveria pertencer a Portugal e Espanha, fixando um meridiano situado 100 léguas a oeste das Ilhas dos Açores e de Cabo Verde, não sendo aceita de imediato pela Coroa Portuguesa, que reivindicava uma amplitude desse território, passando a negociar com a Coroa Espanhola, e chegando a um acordo em 1494, que ficou conhecido como o Tratado de Tordesilhas. Pelo Tratado de Tordesilhas, o meridiano seria 370 léguas a partir das ilhas mencionadas.

Durante o período colonial e até o final do século XIX, a realidade brasileira contava com a mão-de-obra escrava. Era senhor de escravo, e portanto, socialmente reconhecido como bem sucedido, aquele que tinha em seu patrimônio escravos, mesmo que apenas um. A princípio, foram levados para os engenhos de açúcar no Nordeste, e posteriormente, com o declínio do ciclo do açúcar, onde a produção no Brasil entrou em decadência na segunda metade do século XVII, em meio a conflitos internacionais com a Holanda, que acabara de ser expulsa de Pernambuco, a mão-de-obra escrava migrou para a região sudeste, onde ascendia o plantio do café no Vale do Paraíba.

As fugas de escravos dos engenhos e das grandes fazendas de café, era constante durante todo processo de escravização no Brasil. A formação dos primeiros mocambos, tinha como espaço geográfico as vilas e fazendas, para que o ajuntamento tivesse acesso as povoações, onde muitas vezes, se aproximavam para ter acesso a

alimentos, armas e utensílios. Nos primeiros ajuntamentos de fugitivos da escravidão, é possível notar a presença não só do africano, mas também do indígena. Uma presença que segundo Gomes (2015, p. 59), tinha reflexo direto na forma inicial de escravização dos nativos:

As primeiras comunidades de fugidos no Brasil talvez tenham sido formadas também por cativos indígenas. Com a crescente chegada de africanos e sua utilização massiva, acabaram sendo a maioria nas fazendas e, portanto, entre os fugidos.

É fato que as fugas preocupavam os senhores de engenho, principalmente porque o escravo eram uma “mercadoria” necessária e cara para sua afirmação enquanto senhor de engenho, como homem poderoso na sociedade colonial, que via no escravo uma forma de ascensão social e política. Schwartz (1998, p. n/d), dirá que:

Os colonos e oficiais régios desenvolveram uma série de medidas para lidar com a formação e atividade dos mocambos. Uma tática consistia em eliminar a fuga de escravos e recapturar os fugitivos antes que pudessem juntar-se em bandos. Já em 1612 Alexandre de Moura, donatário de Pernambuco, solicitava à Coroa a nomeação de um “capitão-do-campo” em cada uma das oito paróquias da capitania, o qual, auxiliado por vinte índios, perseguiria e recapturaria escravos fugidos. Não se sabe ao certo quando tais oficiais foram introduzidos na Bahia, mas por volta de 1625 a câmara municipal de Salvador havia estabelecido uma escala de recompensas para esses caçadores de escravos. O capitão-do-campo, ou capitão-do-mato, como o posto passou a ser chamado, trabalhava sob comissão, recebendo uma recompensa para cada fugitivo capturado.

A função do capitão-do-mato passou a configurar como uma das mais importantes e cruéis da época, porque o escravo a ser recuperado, era entregue ao “seu proprietário”, que pagava recompensa, mas no caminho, se esse recapturado tentasse fugir, era punido com chicotadas, açoites, e muitas vezes, até a morte.

Moura (2020, p. 19) afirma que “os escravos negros, para resistirem à situação de oprimido em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia”. As insurreições era uma forma de alcançar a liberdade, mesmo que distante de seu continente, que ficou para além-mar, mesmo sabendo que não viria seus ancestrais, mas a fuga dos castigos era o ideário de todos que viviam sobre o temor do capataz.

Ramalho (2015, p. 46) observa que “o Quilombo não seria apenas uma forma de rebelião, pelo contrário, mas também uma forma de manter eternizada a cultura africana que os brancos tinham tentado apagar da memória dos negros que haviam sido escravizados”. O termo mocambo, segundo o professor Schwartz (1998), tinha relação com a mistura de aspectos culturais da África e as experiências escravas no Brasil, sendo utilizado até o século XVIII. Já o termo quilombo, era sinônimo para comunidade de escravos fugidos, com referência na sua forma de organização aqueles escravizados oriundos de Angola, com relação próxima ao contexto de Palmares.

A primeira definição de Quilombo, conforme demonstra o professor Moura (2020, p. 21), é oriundo do Brasil Colônia, quando em 1740, o Conselho Ultramarino ao enviar carta ao rei de Portugal, definiu a ocupação feita pelos fugitivos de “Quilombo”, no qual consta como sendo habitação de mais de cinco negros fugidos, que não tenham ranchos levantados. Para Anjos (2006), o termo “quilombo” é originário da língua banto e pode ser compreendida como habitação, floresta, guerreiro. Para Gomes (2019, p. 356),

A palavra kilombo, transcrita para o português como quilombo, vem do quimbundo, um dos idiomas falados em Angola, e originalmente significava acampamento, arraial, união ou cabana. Na região de Cassanje, em Angola, designava também acampamento militar e a sociedade de iniciação dos guerreiros jagas aliados da rainha Jinga. No Brasil, virou sinônimo de reduto de escravos foragidos.

Não havia um tamanho específico para os aquilombamentos, iam de oito homens, formando grupos armados, até centenas deles. Tinha muito a ver com o momento da fuga dos engenhos e o medo da captura, pois para o escravo recapturado não havia clemência: muitos eram “ferrados como boi”, com a letra “F” de fujão, como determinava o Alvará de 7 de março de 1741, oriundo da Coroa Portuguesa, como aponta Moura (2020, p. 34). Para tanto, os intercâmbios entre quilombos e os pequenos povoamentos, também serviram como forma de se armarem para a defesa do território.

Moura (2020, p. 41) dirá que “desenvolvia-se uma indústria de guerra dos próprios quilombolas, os quais fabricavam lanças, arcos, flechas, facas e outros objetos bélicos”. Todavia, ao engessar a ideia da formação dos quilombos sem mencionar a resistência contra a opressão da época, com os primeiros mocambos, corre-se o risco de operar uma definição sem contextualizar todo o enredo

historiográfico, afinal, essa definição acabou influenciando gerações, sem ponderar a temática, reafirmando, a ideia de existência.

É fato que a escravização de pessoas do continente Africano não é uma mácula apenas da história do Brasil, no entanto, segundo o pesquisador Gomes (2021, p. 20), “o Brasil escravizou cerca de 4,9 milhões de africanos, o equivalente a 40% dos 12,5 milhões que embarcaram da África para o continente americano até meados do século XIX”, resultando no enriquecimento de muitos traficantes de escravos. E complementa dizendo que “no final do século XVIII, o Brasil tinha a maior concentração de negros escravizados de todo o Novo Mundo, “um verdadeiro formigueiro de negros”. (GOMES, 2021, p.169).

Então, refletir sobre os espaços onde os remanescentes dessa população se encontra, sua forma de existir e sobreviver, é construir diálogos sobre os acontecimentos que foram dando vazão ao longo da história, saindo o olhar eurocêntrico, da dimensão histórica fixada no passado, para a condição de propositores de uma nova histórias. Um nova história que Nascimento (2002), tem relação com a forma de pensar, de organizar, de ver o mundo e de eliminar os privilégios de alguns em detrimento da pobreza de muitos.

Os quilombos resultaram dessa exigência vital dos africanos escravizados, no esforço de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga ao cativeiro e da organização de uma sociedade livre [...] o quilombismo se estruturava em formas associativistas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mutuo (NASCIMENTO, 2002, p. 264).

Quilombismo, termo usado por Nascimento (2002), tem relação com o reconhecimento das comunidades tradicionais, as liberdades políticas e sociais, e a inserção dos remanescentes de quilombos (para além do reconhecimento e da certificação), no acesso às políticas públicas de educação, saúde, moradia, crédito e inclusão em programas sociais.

É importante fazermos memória que, ao fugir de um engenho, aquele escravizado, que não conhecia o território e que portanto, estava passivo de ser reconduzido, levava no seu embornal, quando assim levava, apenas farinha de mandioca. A dieta daqueles

que fugiam para as matas e ali permaneciam e construía seus mocambos, era a farinha de mandioca, principalmente os escravizados da região nordeste do Brasil. Nos quilombos já formados, segundo Gomes (2015, p.21) “plantavam e colhiam mandioca, transformavam-na, através da moagem, peneiras e forno, em farinha e outros derivados”. Uma parte era destinado a alimentação do mocambo, outra parte, servia como produto para escambo, nas vilas, fazendas e povoações. Havia, em muitos quilombos consolidados, uma interação com pequenas povoações, onde faziam negócios com o excedente da produção:

Vários estudos abordaram como o sistema de roças foi marcando profundamente as vidas escravas, inclusive transformando as políticas de domínio e as sociabilidades envolvidas. A luta escrava pela autonomia do cultivo de roças podia estar entrelaçadas com outros embates, abrindo espaços autônomos e modificando a organização do trabalho, mediante o cultivo de roças próprias e a comercialização dos excedentes. (GOMES 2015, p.31).

Essa comercialização dos excedentes, mencionada por Gomes (2015), coaduna com a ideia de circulação de informações e culturas entre escravos de áreas urbanas e rurais, como diz Gomes (2021, p. 310) que “feiras dominicais se constituíram em espaços de socialização, atraindo escravos e libertos de diversas plantações, muitos dos quais cruzando grande distância para alcançá-las”.

Flamarion (1987) observou que, em muitos engenhos e fazendas de escravos, os escravizados eram autorizados, com o passar dos anos, a manter pequenos plantios no fundo dos engenhos, nas áreas onde a cana-de-açúcar não dominava a paisagem. Esses pequenos quintais produtivos, serviam para melhoria da alimentação nas senzalas, diminuindo o custo do senhor com os escravos, portanto, dando lucro para este, e o excedente era negociado nas feiras dominicais, trazendo pequenas economias para aquelas famílias, justamente porque era seu objetivo: evitar fugas e formar famílias. Esse processo foi chamado por Flamarion (1987) de “brecha camponesa”, ele afirma que os valores economizados em alguns casos, ajudou na compra da alforria.

No entanto, não eram todos os escravos que tinham direito a trabalhar em lavouras familiares, essa “brecha camponesa” era dada, principalmente, aos escravos casados, como forma de evitar que ele tentasse fugir. Eram concedidos espaços dentro do engenho/fazenda, e liberdade para produzir, comercializar o

excedente. Na fuga para os quilombos ou quando eram atacados, as mulheres tinham um papel importante, segundo Gomes (2015, p.39): cabia a elas “esconder o máximo de grãos na cabeça (entre seus penteados), e escapar para as matas, o mais longe possível. A economia de um quilombo atacado era reconstruído exatamente a partir desses grãos”, daí a referência para as sementes crioulas, muito discutido em nossos dias.

3.2 As Comunidades de Remanescentes de Quilombos na CF/1988

A segunda geração de escravos apelidada de “escravo crioulo”, porque já nasceram no Brasil, na condição de nativo e escravizado, passou a existir como parte da população brasileira. Neste sentido, durante o processo de luta pela abolição da escravatura, a elite dominante perceberá que para cada branco europeu que chegava ao Brasil, também desembarcava quatro africanos escravizados. Gomes (2019, p.23) dirá que “o Brasil dos colonizadores europeus foi construído por negros, mas sempre sonhou ser um país branco”. E foi com esse pensamento que nasceram teorias eugênicas de branqueamento da população brasileira, com teorias construídas por intelectuais, que alimentavam a ideia de contrabalançar o número de pessoas negras no Brasil. Uma das ideias seria o incentivo à imigração, quando o governo brasileiro fez propaganda do Brasil na Europa, atraindo daquele continente, levas de italianos, suecos, suíços, alemães, holandeses, ucranianos, etc.

Qual o destino da população escravizada quando a Lei Áurea foi sancionada em 13 de maio de 1888? Ramalho afirma que,

A promulgação da liberdade dos escravos aconteceu apenas no papel, porque portas se fechavam para os negros libertos; grandes eram as dificuldades para se conseguir um emprego remunerado e, quando assim conseguiam, o salário não fazia jus à carga horária e nem a ocupação que lhes era atribuída. (2015, p.49)

De fato, as liberdades eram apenas do fim do açoite pelo senhor de engenho ou seu capataz, no entanto, o acesso a dignidade e a um espaço, foi negado àqueles que saíram da escravidão em 1888. A capoeira era proibida, a “vadiagem” era crime, e o que aconteceu com os descendentes dos escravos fugitivos? As comunidades quilombolas passou a ser espaços de resistência, territórios onde os costumes, as tradições e as

vivências sociais eram presentes no cotidiano. No entanto, é preciso compreender a ideia do pertencimento àquele espaço, àquela identidade, ao espaço como lugar de práticas e de manutenção dos costumes herdados pelos ancestrais que ali viveram. O território é o espaço de vida dos indivíduos de modo coletivo.

Essa contextualização tem a ver com o entendimento sobre a ideia jurídica do espaço como comunidade remanescente de quilombo, quando no processo de reconhecimento, a auto definição faz parte das etapas para a titulação da terra. O processo de luta política pelo reconhecimento dessas comunidades é datado da década de 1980, quando se forma a Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (CONAQ) e do Movimento Negro Unificado (MNU), além de outras entidades que passaram a levantar a bandeira da causa negra.

Uma das vitórias dessa articulação está justamente na Assembleia Constituinte de 1987, a qual conseguiu inserir na Constituição Federal de 1988, dentro do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o artigo 68, que fez jus a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. (BRASIL, 1988)

Trecanni (2006, p.12) observa que o Brasil levou 100 anos para reconhecer que o território ocupado pelos descendentes dos escravos que fugiram da escravidão nos engenhos, fazendas e vilas, pertencia, de fato e de direito, àqueles que ali moravam.

Apesar da abolição formal da escravidão decretada pela Lei Áurea (Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888), passaram-se outros cem anos para que a Constituição Federal devolvesse aos descendentes dos antigos quilombos a propriedade dos territórios que lhes vai permitir o acesso à cidadania plena. (TREVANNI, 2006, p.12)

A Constituição Federal de 1988 ainda assegura em outros dois artigos, conquistas da população quilombola: os preceitos legais do artigo 215 dizem respeito a proteção as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Já o artigo 216 considera os aspectos que são constituídos como bens de natureza material e imaterial, protegidos pelo Poder Público, como os modos de criar, fazer e viver, diferentes dos demais grupos da sociedade brasileira, grupos estes onde estão inseridas as comunidades remanescentes de quilombos.

Para assegurar e legitimar todo processo de reconhecimento e certificação, o Estado Brasileiro criou através da Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, a Fundação Cultural Palmares, que regulamentou os procedimentos de reconhecimento e certificação, sendo que o processo começa no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para Ramalho (2015, p.55) esses procedimentos:

O brasileiro Remanescente Quilombola está aprendendo a se autodeclarar, saber quem é, de onde veio e a usufruir disso, ter orgulho de suas origens. Isso é fruto de todo um trabalho de conscientização nacional que tardiamente é possível, mas está acontecendo. E, então, o Brasil está sendo redescoberto, através das histórias contadas; evolui com seu conhecimento, porque aprende a valorizar o seu passado, a sua história. Não há como viver um presente, construir um futuro, sem reconhecer seu passado.

3.3 Quilombos do sertão de Pernambuco

Segundo a Coordenação estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco (CEACQ), o Estado de Pernambuco possui 196 comunidades remanescentes de quilombos. Parte dessas comunidades nasceu, segundo estudos no Centro Cultural Luís Freire, seguindo três situações: comunidade já existentes; comunidades constituídas a partir da libertação dos escravos; e comunidades constituídas por escravos fugitivos. O sertão do São Francisco é o território onde mais comunidades quilombolas se agrupam, elas nasceram, segundo Freire (2008), dos processos migratórios do final do século XIX.

A Comunidade Quilombola do Araçá é um conjunto de cinco comunidades que formam o Araçá, em Afrânio/PE. Elas trazem em seus traços históricos, a luta de um povo que sofreu no passado, mas resiste bravamente com dignidade, força de vontade e trabalho. É uma comunidade formada por homens e mulheres que ao longo de suas existências carregam as memórias dos épicos tempos em que a comunidade estava sendo formada. Elas estão em processo de reconhecimento e certificação pela Fundação Palmares, sendo formadas principalmente por escravos libertos, no final do século XIX. A Comunidade é formada por cinco sítios: Araçá, Boa Vista, Baixa do Caldeirão, Lagoa Comprida e Pau D'arco. Os três primeiros já estão com suas certificações expedidas e aguardam somente o reconhecimento para receberem a titularização das terras; os dois últimos o processo ainda tramita naquela instituição.

As relações de territorialidade das comunidades estão voltadas para a forma como os mesmos veem a terra, suas manifestações culturais (a exemplo do Reisado de Lagoa Comprida e das rodas de São Gonçalo), bem como, com os recursos naturais da Caatinga e com a organização associativista. Além da população remanescente de quilombos, segundo Leão (2020), na década de 1930, com a destruição do arraial de Pau-de-Colher pelas ações da Polícia de Pernambuco, da Bahia e do Piauí, muitos “caceteiros” também migraram para a comunidade, que estavam distantes cerca de 80km. É possível que também tenha recebido remanescentes do Arraial de Canudos, quando esses foram dispersados depois da destruição de Belo Monte, pelas tropas da República.

A origem da palavra Araçá vem do tupi e tem seu significado “planta que tem olhos”; é também um tipo de abelha nativa do Semiárido Brasileiro. A Comunidade Quilombola do Araçá fica no município de Afrânio, distante 6 km da sede, na estrada que dá acesso ao distrito de Cachoeira do Roberto, um dos pais antigos povoamentos do Sertão Pernambucano. Entre as cinco comunidades que forma o Araçá, tem-se aproximadamente 50 famílias. A história da comunidade tem início ainda no final do século XIX, com a abolição da escravatura, onde pessoas escravizadas na antiga fazenda Boa Vista, propriedade do fazendeiro Marcos Ferreira dos Santos, permaneceram na localidade na condição de pessoas livres.

Nesse período, Aniceto Manoel dos Santos, filho de Manoel Alencar dos Santos e Maria dos Santos (escravos da Fazenda Boa Vista), casado com Brígida Maria dos Santos, se junta ao irmão de Brígida, chamado Elesbão da Cruz e, depois de muito trabalho, conseguem comprar terras do fundo de pasto da referida fazenda.

É nesse lugar que constroem a primeira casa da comunidade, conhecida até hoje como ‘Casa de Aniceto’, ponto de encontro dos rituais festivos e religiosos (rodas de São Gonçalo, de Reisados e novenas), que aconteciam principalmente no período da quaresma. Era nessa casa onde aconteciam os trabalhos coletivos como as farinhadas, e o ponto de apoio para os viajantes vindos principalmente de Casa Nova e Luiz Viana, nos municípios da Bahia. A casa também era frequentada por mulheres em período de gestação já que Brígida era parteira, tendo realizado vários partos das mulheres da comunidade e circunvizinhança. A partir daí, a comunidade foi crescendo, e por proximidade do Quilombo do Araçá, foram casando entre si. O Quilombo Boa Vista está na sexta geração depois de Manoel Alencar dos Santos.

A Comunidade Quilombola do Araçá nasceu no território do município de Afrânio-PE. O município por sua vez, surgiu da antiga Fazenda Inveja, propriedade de Sebastião Coelho, escolhida pelos engenheiros da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (depois incorporada a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA), para a construção de uma estação ferroviária de ligação entre Petrolina, no Pernambuco, até Teresina, no Piauí. Esse processo de expansão ferroviário começou em 1910, com estudos da visibilidade técnica de expansão do trecho já construído entre Salvador/BA e Juazeiro/BA, sendo que esse novo eixo serviria para interligar o Porto de Salvador com o restante do Nordeste.

Em 1923 as obras começam sendo o primeiro trecho entre Petrolina/PE, que ganhou uma estação ferroviária de médio porte, e o povoado de Pau Ferro, que também recebeu uma estação de transbordo (pequeno porte), num trecho de 61 km. O segundo trecho da obra foi inaugurado em 31 de outubro de 1926, ligando Pau Ferro a Estação Inveja, sendo inaugurada uma pequena estação em Rajada, outra em Arizona, e em Inveja. A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro não alcançou seus objetivos, parando sua expansão na estação de Paulistana/PI, no ano de 1941.

Paulistana/PI foi o lugar escolhido pelo português Valério Coelho Rodrigues para construir a sede da Fazenda Paulista, de onde administraria a Sesmaria recebida pelos descendentes da Casa da Torre dos Garcia D'Ávila. Conforme menciona Câmara Cascudo (1956), as doações de terras aos colonos portugueses no século XVI destinava-se ao plantio de cana e à criação de gado. Para Valério Coelho Rodrigues, a mesma foi doada para a expansão até os sertões profundos, com o gado trazido pelos portugueses, empenhados em construir uma tradição pecuária nas terras além da borda do oceano atlântico. Cada sesmeiro ainda era agraciado com títulos de ordem militar, um fato social que levaria o mesmo ao reconhecimento social e acesso a Casa da Torre.

Ferreira (2011, p. 152) dirá que:

Pouco depois de chegar ao Brasil, Valério Coelho Rodrigues acompanhou uma bandeira paulista ao sul do Piauí, na primeira metade do século XVIII. Instalou-se inicialmente com a fazenda Serra Vermelha, em Picos/PI. Tornou-se grande proprietário de terras e abastado fazendeiro. Casou-se por volta de 1745, em Paulistana – localidade conhecida como Arraial dos Paulistas, fundada pelos Vieira de Carvalho, que haviam chegado à região vindos de Campinas/SP, com Dominiana Vieira de Carvalho, na capela, hoje igreja matriz, de Paulistana, filha de José Vieira de Carvalho e de Maria Freire da Silva

Do casamento com Dominicana Vieira de Carvalho, nasceram 16 filhos, que casaram-se com descendentes de famílias tradicionais tanto da Capitania do Piauí, onde estava a sede da Fazenda Paulista, como de Pernambuco e Bahia. Os filhos casados recebiam de presente uma fazenda, e delas constituíram os municípios de Paulista, Picos, Oeiras e Queimada Nova (no Estado do Piauí), bem como Afrânio, Petrolina e Dormentes (no Estado de Pernambuco). A fazenda Caboclo foi o dote de Valério Coelho Rodrigues Filho, e é dela que o município de Afrânio vai nascer.

3.4 Os “Negos” do Araçá

Em certo momento, a história renegou aqueles que viviam nas comunidades de remanescentes de quilombos do Araçá. Os “nego do Araçá”, como assim eram chamados os moradores do Quilombo Araçá, eram mão-de-obra barata para a construção civil, para o serviço doméstico e para o trabalho na agricultura. Por gostar de festas, também eram vistos como briguentos. Em Afrânio, até a década de 1980, existiam dois clubes sociais: um só para pessoas brancas e outro para pessoas negras. O Clube do Palmeira era o espaço para as pessoas negras. A herança histórica desse período era evidente e se naturalizava a ponto da constituição de espaços distintos para brancos e negros. Nesses espaços sociais e em outros, a classificação social com nichos estruturais pré-existentes, no contexto de Aníbal Quijano (2009), quando a força física empregada no trabalho e o valor pago por esse trabalho, eram distintos. Quijano (2009, p. 102) afirma que: “A distribuição dos indivíduos nas relações de poder tem, conseqüentemente, o carácter de processos de classificação, desclassificação e reclassificação social de uma população, ou seja, daquela distinção que ocorre num padrão *societal* de poder de longa duração”.

Esta não é uma classificação por promoção, mas sim o contexto do poder existente, seja do homem da cidade ou daquele que está no Quilombo, onde “o poder está sempre em estado de conflito”, ainda citando Quijano (2009, p.102). A população das Comunidades Quilombolas de Afrânio era parte desse contexto de distribuição justamente por sua força de trabalho ou por outras necessidades. Muitas mulheres em idade escolar vinham morar de favor em casas de outras famílias na sede do município para poderem estudar. Em troca, trabalhavam nessas casas e seguiam as exigências e rotinas das mesmas, sem receber salários e com o turno noturno para realizar seus estudos. A condição econômica estava entre os fatores preponderantes de segregação.

Na comunidade do Araçá as festividades atraíam pessoas de várias localidades, pela alegria e disposição daquela gente. Nisso, a comunidade criou para si uma identidade própria de significados. Essa identidade festiva nem sempre é conseguida quando se busca engajamento reivindicatório nas ações voltadas para a efetivação do reconhecimento como Comunidade Étnico-Quilombola.

As Comunidades Quilombolas do Araçá assim como outras comunidades, lutam não só pelo reconhecimento, mas pela inserção de políticas públicas voltadas para a convivência com o Semiárido, haja vista que nesses espaços a falta de água e as incertezas, acabam levando famílias inteiras a migração para projetos de irrigação em Petrolina/PE, ou mesmo de forma sazonal somente os homens, para o trabalho na colheita de manga, acerola e maracujá, ou mesmo o corte da cana-de-açúcar, em Juazeiro/BA.

5 TECNOLOGIAS APROPRIADAS PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Os pequenos produtores do Semiárido brasileiro vivem e sobrevivem da agricultura de subsistência, com manejo familiar, utilizando de técnicas simples e primitivas para o cultivo, manejo dos solos e utilização da pouca água. Os saberes ancestrais farão a diferença na hora do preparo do solo para receber as sementes. O cuidado com a terra e com a preservação do meio ambiente, está presente nessa ação do pequeno agricultor familiar, que anseia por um bom plantio para a sobrevivência nos meses áridos. A agricultura familiar no Nordeste, tem uma relação muito forte com a religiosidade de sua gente, que faz promessa aos santos de devoção e que com a colheita e fartura, cumpre com rodas de são gonçalo, novenas aos santos juninos, romarias ao pés da estátua de Padre Cícero.

No Quilombo de Estrela Grande, um dos sítios que formam a Comunidade Quilombolas do Araçá, observa implantação de tecnologias apropriadas para o Semiárido brasileiro, pelo Núcleo de Educadores Populares do Sertão (NEPS), instituição sem fins econômicos, que em parceria com a ASA, implantam e dão assistência técnica aos pequenos produtores.

Uma das tecnologias sociais que mais foi implantado, são as cisternas para armazenagem de água para produção de alimentos, por meio do programa P1MC

(Programa Um Milhão de Cisternas Rurais)⁸. O programa foi lançado em 2003 e já alcançou quase que a totalidade das famílias dos remanescentes que residem na Comunidade.

A construção da cisterna através do programa P1MC não ocorre de forma aleatória, mas sim articulada com as associações, sindicatos rurais e Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Sustentável. São esses organismos participativos que apontam as famílias com necessidades de receber a tecnologia social de armazenamento de água, e indicam quais são as mais prioritárias, seguindo uma cartilha de instrução desenvolvida pela ASA. Para o gerenciamento dos recursos destinados a essas construções, a ASA agrupou os municípios do Semiárido brasileiro por Unidades Gestoras Microrregionais (UGM), onde cada UGM é gerida por uma entidade não-governamental. No caso do NEPS, a entidade gerencia a implantação das cisternas do programa P1MC nos municípios de Afrânio/PE, Dormentes/PE, Santa Filomena/PE, Santa Cruz da Venerada/PE, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista/PE.

A escolha das famílias beneficiadas também não é aleatório, mas segue a Instrução regulamentada pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, o Decreto nº 8.038, de 04 de julho de 2013 e a Portaria nº 130, de 14 de novembro de 2013. Ou seja, por ser investimento público é necessário lisura na aquisição, dando publicidade aos atos, de forma impessoal, buscando a moralidade dos investimentos públicos e que as ações sejam eficientes e eficazes naquilo que provem ser. A escolha das famílias de comunidades remanescentes de quilombos segue o que preceitua o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

5.1 Os Quintais Produtivos

Como mencionado na parte introdutória, o presente trabalho buscou primeiramente, construir um itinerário histórico para a compreensão da história do escravizados oriundos da costa africana, e da organização dos quilombos em terras brasileiras. Posteriormente, a luta dos remanescentes de quilombos por sua inserção nas políticas públicas do Estado brasileiro, onde se fez um recorte para analisar a

⁸ O Programa P1MC foi considerado a segunda iniciativa mais importante do mundo no combate à desertificação pelas Nações Unidas, sendo premiado pela ONU com o Prêmio Política para o Futuro 2017, entregue durante a 13ª Sessão da Conferência das Partes (COP 13) para a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, realizada no dia 11 de setembro de 2017, na cidade de Ordos, na Região Autônoma da Mongólia Interior, no norte da China.

experiência com tecnologias apropriadas para a convivência com o Semiárido brasileiro, implantadas em uma das comunidades que formam o Araçá.

No sítio Estrela Grande, além das cisternas do programa P1MC, já mencionada, observa-se a implantação das cisternas P1+2 (Por Uma Terra e Duas Águas), programa lançado em 2007, e que deu condição para a produção de alimentos nas pequenas propriedades, porque utiliza as águas coletadas nas chuvas e armazenadas em cisternas enterradas no solo, para uso exclusivo nos Quintais Produtivos. Algumas famílias daquela comunidade foram beneficiadas com um Quintal Produtivo, e a partir do que é produzido nele, de forma sustentável, com ênfase nos princípios da agroecologia, preservando os recursos naturais, cultuando sem uso de agrotóxicos e integrando as plantas da Caatinga, passam a se alimentar e vender o excedente da produção.

É fato que, aqueles que vivem nos quilombos contemporâneos, como bem lembra Moura (1999), vivem em comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos, mantendo laços de parentescos, e em sua maioria, produzindo alimentos a partir de culturas de subsistência, em terra sem titularidades, servindo como espaço latente de resistência social, cultural e simbólica, através do enfrentamento das dificuldades materiais, mas preservando aspectos da cultura oral deixada pelos antecedentes.

Os Quintais Produtivos, são pequenas hortas familiares que, enquanto tecnologia social, contempla além do plantio da horta para produção de alimentos e comercialização do excedente, o cultivo de ervas, a criação de galinhas, porcos e um pequeno rebanho de caprinos e ovinos. O quintal nasce justamente nos espaços da propriedade onde se guarda ou é lançado objetos em desuso, ou mesmo que serve de “*monturos*” para o lixo doméstico.

O quintal de uma casa é um espaço pedagógico porque nele as crianças se misturam a natureza das coisas e inventam seus mundos. Paulo Freire (1991) relata que foi no quintal de sua casa lá no bairro Casa Amarela, em Recife, que teve sua iniciação ao conhecimento de mundo. E ele descreve isso, contextualizando seu pensamento com o espaço geográfico e físico de sua infância.

Me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal intimidade entre nós – à sua sombra brincava e em seus galhos mais dóceis à minha altura eu me experimentava em riscos que me preparavam para riscos e aventuras maiores. A velha casa, seus quartos, seu corredor, seu sótão, seu terraço

– o sítio das avencas de minha mãe -, o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi o meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava a mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam no canto dos pássaros – o do sanhaçu, o do olha-pro-caminho-quem-vem, o do bem-te-vi, o do sábia -, na dança das copas das árvores soprando por fortes ventanias que anunciavam tempestades, trovões, relâmpagos, as águas da chuva brincando de geografia: inventando lagos, ilhas, rios, riachos. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto se encarnavam também no assobio do vento, nas nuvens do céu, nas suas cores, nos seus movimentos; na cor das folhagens, na forma das folhas, no cheiro das flores – das rosas, dos jasmims -, no corpo das árvores, na casca dos frutos. (FREIRE, 1991, p. 12-13).

Pelas memórias de Paulo Freire (1991), o leitor vai sendo envolvido com o contexto e vai sentindo-se como se estivesse naquele quintal lá na Estrada do Encanamento. O quintal de uma casa é o lugar onde as crianças aprendem. Onde a criança do meio rural convive com animais e com plantas. Vê a sequeidão e sente as dores da fome, da seca, do sofrimento. Mas as bonanças que naquele lugar, onde as mulheres sempre plantam uma roseira, floresce frutos e flores.

Foi pensando na importância do quintal para a família, que o Núcleo de Educadores Populares do Sertão (NEPS), passou a implantar pequenas hortas denominadas de Quintais Produtivos no seio das famílias dentro das áreas de abrangência enquanto UGT.

Havia uma necessidade de levar as famílias aspectos de segurança alimentar, nutricional, bem como aproveitar as águas que saíam das torneiras e iam para a fossa séptica. Era preciso mostrar as famílias a importância da boa utilização daquele espaço pedagogicamente familiar. Era preciso desconstruir a ideia de que o “*monturo*” era local de jogar lixo apenas. Também era preciso agregar as aves com os quintais.

5.2 A Importância dos Quintais Produtivos numa Comunidade Quilombola

Durante o Brasil Colônia, as perseguições, prisões, mortes e fugas, fizeram parte do contexto das pessoas escravizadas. Vencidas esse período nefasto, percebe-se que o esquecimento e a invisibilidade das comunidades quilombolas, é uma forma de destruição e imposição social para contra uma gente que sempre lutou para sobreviver.

Esse esquecimento tem relação com a falta de políticas públicas, de crédito rural, e de preservação das culturas tradicionais, levando-os a migração para grandes centros ou mesmo a sazonalidade para outras regiões, em busca de uma renda para sustentação de suas famílias.

Os quintais produtivos passam a servir como estratégia para desenvolvimento rural, haja vista que insere na produção, não só a mulher, mas toda a família. Segundo Leonel (2010), “o quintal produtivo é uma tecnologia social que coopera na ampliação do desenvolvimento rural sustentável e enfrenta o modelo vigente, por meio de um sistema de produção de pomares, hortas, entre outros, e para criação de animais de pequeno porte”. Nesse contexto, Pedrosa (2016) afirma que:

A produção agroecológica é fundamentada na utilização de insumos internos produzidos no próprio local de produção como: folhas de árvores, palhadas, cinzas, esterco (aves e bovinos e outros). Galhos apodrecidos oriundos de podas de formação e podas produtivas. Todos esses insumos favorecem a ação dos organismos benéficos do solo melhorando a sua composição química, física e biológica.

Sendo uma produção calcada em insumos produzidos de forma natural, a produção de alimentos, com práticas convencionais e dentro de um espectro de proteção e preservação do meio ambiente, valoriza as relações familiares, proporcionando um saber/fazer de uma agricultura de convivência com o Semiárido brasileiro.

Ao implantar uma tecnologia social apropriada, com ênfase na produção de alimentos, e em uma comunidade de remanescentes de quilombo, a permanência deste a terra e a manutenção das raízes culturais e tradições, é fato que acontece pela imersão no seio daquela comunidade. Um dos problemas da sazonalidade de mão-de-obra da área de sequeiro, para os projetos de irrigação e, portanto, o desvinculo com tradições e culturas, é justamente a falta de perspectiva econômica e social desse naquele meio de subsistência. Fomentar a inserção de novas formas de convivência com o Semiárido brasileiro, com a preservação do meio ambiente e a proteção do território conquistado com muita luta, é antes de tudo, uma forma de melhorar a segurança alimentar e nutricional dos pequenos produtores, além da promoção de saúde, qualidade de vida e geração de renda.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais de três séculos o Brasil foi palco da escravização de seres humanos oriundos do continente africano, que desembarcavam no Brasil na condição de escravos, para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, primeiramente, e nas lavouras de café e nas áreas urbanas, nas vilas do Brasil colonial. Os remanescentes de Quilombos, com suas tradições e raízes culturais, passaram a resistir a diferentes fatores, a migrações e a invisibilidade perante os poderes constituídos.

Fugindo da opressão das fazendas e engenhos, homiziavam-se nas matas e nesses espaços, construíam os ajuntamentos denominados de quilombos. Os quilombos serviam como residência, proteção, produção de alimentos, e a resistência quanto aos opressores, no papel de capitães-do-mato, que ali tentavam recaptura-lo. Muitos morreram, seja no deslocamento entremar, nas fugas ou nos castigos corporais impostos pelo senhor. Outros morreram de *banzo*, com saudade de sua terra.

No trabalho que ora concluímos, procuramos enfatizar o processo de escravização, muito lucrativo para os mercadores e para a Coroa, seja ela espanhola ou portuguesa, com a chegada dos escravos aos mercados no Rio de Janeiro, Olinda e Salvador. Pelo cais e mercado de Valongo, no Rio de Janeiro, milhares de vidas de africanos escravizados foram desembarcadas entre os séculos XVIII e início do século XIX. Valongo servida como local para a quarentena dos recém chegados, para aprender noções da língua, do trabalho, e também servia como espaço de negociações. Segundo Honorato (2008), “a partir do século XVIII, o Rio de Janeiro, tornou-se o maior importador de mão de obra africana das Américas e grande centro distribuidor para todo o Brasil”, complementando que ali também era um entreposto para outras cidades da América do Sul, como Buenos Aires e Montevideu, que mesmo pertencendo à Coroa Espanhola, fazia negócios neste porto.

A Comunidade Quilombola do Araçá está inserida no Semiárido brasileiro, na Mesorregião do São Francisco Pernambucano, com problemas sociais e de segurança alimentar e nutricional, pela escassez de água, solo pedregoso típico de áreas de caatinga, o que limita seu cultivo, e falta de perspectiva econômica. Nisso, pela sua localização e história, observa-se o êxodo de diversas famílias, inclusão de outras culturas e negação das tradicionais.

Como expectro de sua amplitude, observa-se a implantação de um quintal

produtivo no sítio Lagoa Comprida, no qual com assistência técnica do Núcleo de Educadores Populares do Sertão de Pernambuco (NEPS), entidade sem fins econômicos e liga a Articulação do Semiárido (ASA), vem alcançando seus objetivos, com segurança alimentar, manutenção das tradições e culturas, e geração de renda para as famílias atendidas. A família que teve a tecnologia social implantada em seu terreiro, já consegue gerar renda e melhoria de suas vida naquele espaço no Sertão Pernambucano.

Por fim, o que ficou comprovado é que a inserção de tecnologias sociais apropriadas a convivência com o Semiárido brasileiro, favorece na resolução de problemas cujo lastro inicial é falta de perspectiva, de condições materiais e sociais, e na geração de renda. Havendo uma maior atenção por parte dos poderes constituídos, com um olhar humano e dando visibilidade aquela gente, a melhoria das condições de vida seria alcançado, mas para tanto, não só a tecnologia deve ser implantada, mas todo o arcabouço de assistência deve vir junto, o que facilitaria o sentimento de pertencimento àquele lugar.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombolas: tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO – ASA. **Construindo Cidadania No Semiárido Brasileiro**. 2004. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/>>. Acessado em 14.Out.2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BOFF, L. **Ecologia, grito da Terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra**. Ed. ver. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

BULTEAU, Veronique. **Para uma antropologia do sertão: ecologia e sociologia do cotidiano**. 1ª ed. PoloBooks, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Os viajantes estrangeiros**. In: Antologia do Folclore Brasileiro: Séculos XVI ao XX. SP: Martins Ed., 1956.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **A emergência da lógica da “convivência com o semiárido” e a construção de uma Nova Territorialidade**. In. RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro. Educação para a Convivência com o Semiárido: reflexões técnico-práticas. 2ª ed. Juazeiro/BA. Selo Editorial RESAB, 2006.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Eslavos-Escravos: Estudo Histórico-Etimológico**. Fundação Casa de Rui Barbosa: Salvador-BA, 1995. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/download/763/522>. Acesso em: 17.Set.2022.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco**. 1. ed. – Guarulhos: ABC Editorial, 2011.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler - em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GIL. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

HONORATO, Claudio de Paula. **Valongo: O mercado de escravos no Rio de Janeiro- 1758-1831**. UFF, 2008.

LEONEL, J. C. **Quintais para a vida: agroecologia e convivência com o semiárido**. Fortaleza: CETRA, 2010.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.

MEDEIROS, S. S.; CAVALCANTE, A. M. B.; PEREZ-MARIN, A. M.; TINÔCO, L. B. M.; SALCEDO, I. H.; PINTO, T. F. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2012.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva. **Vestígios Recuperados: Experiências da comunidade negra rural de Tijuçu – BA**. São Paulo: Annablume, 2009.

MOURA, Glória. **Os quilombos contemporâneos e a Educação**. Revista Humanidades, Brasília, DF, n. 47, p. 116-119, nov. 1999.

MOURA, Clóvis. **História do Negro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo**. 2. ed. Brasília: Fundação Palmares, 2002.

PONTES. Emílio Tarlis Mendes. **Transições paradigmáticas: do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.

PEDROSA, Rosângela Aparecida. **A importância dos quintais produtivos na economia familiar**, 2016. Disponível em: <https://www.cpa0.embrapa.br/cds/agroecol2016/PDF's/Minicurso.Oficinas/Minicurso-%20Rosangela%20Pedrosa-%20QUINTAIS%20PRODUTIVOS.pdf>. Acesso em 24/Set/2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. – São Paulo: Cortez, 2009, p. 73-119.

RAMALHO, Alessandra Albuquerque. **As Comunidades Remanescentes Quilombolas no roteiro da Missão Cruls: o (re) conhecer do território**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação e Identidade Quilombola: outras abordagens possíveis**. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Giv%c3%a2nia-Maria-da-Silva.pdf>. Acesso em: 17.Set.2022.

SILVA, Simone Rezende da. **Quilombos No Brasil: A Memória Como Forma De Reinvenção da Identidade e Territorialidade Negra**. São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>. Acesso em: 17.Set.2022

SILVA, Martiniano José de. **Quilombos Do Brasil Central: Séculos XVIII e XIX (1719 - 1888)**. Introdução ao Estudo a Escravidão. Dissertação de Mestrado. UFG, Goiânia/GO, 1998.

SOUZA, Marina de Mello e Souza. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2008.